



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 02/2021.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 02/2021

PROCESSO SEI N. [0003199-70.2020.6.22.8000](#)

LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE (CARTA-CONVITE N. 01/2021)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ N. 03.587.444/0001-63, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO

A **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, **senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.587.444/0001-63, com sede na Rua Padre Paulino, 149, Bairro Conjunto Rui Lino, CEP: 69.919-830, Município Rio Branco, Estado do Acre, Telefone(s): (68) 99973-8596, E-mail(s): athuss@hotmail.com, neste ato representada por seu Procurador, senhor **ATHUS PESSOA DE SOUZA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 1035377-1/SSP-AC e CPF 891.817.782-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 1116/2021 de 26/08/2021 (evento [0730790](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1) **Registrar a supressão** contratual no percentual de **2,56%** (dois vírgula cinquenta e seis por cento) do valor do Contrato n. 02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de **R\$ 7.853,95** (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), em face da necessidade de ajuste dos serviços contratos, conforme descrito na Informação n. 139/2021/SEMAP (evento [0726569](#)); e

2) **Registrar o** **acréscimo** contratual no percentual de **41,44%** (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento) sobre o valor do Contrato n. 02/2021, correspondente ao valor de **R\$ 127.330,08 (cento e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e oito centavos)**, em face da necessidade de ajuste dos serviços contratos, conforme descrito na Informação n. 139/2021/SEMAP (evento [0726569](#)).

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Em decorrência da supressão (**R\$ 7.853,95**) e do acréscimo (**R\$ 127.330,08**) registrados na Cláusula Primeira deste instrumento, **o presente termo aditivo é no valor total de R\$ 119.476,13 (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos)**, conforme abaixo:

Supressões	(-) R\$ 7.853,95	2,56	Memória de Cálculo (Planilha de Adequação) - Evento 0725870
Acréscimos	R\$	41,44	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	127.330,08		
--	------------	--	--

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, na Fonte de Recurso 0100000000 e Natureza da Despesa: 339039, conforme Nota de Empenho nº. 2021NE000238 (reforço), de 23/08/2021.

Subcláusula Segunda - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ **307.251,52** (trezentos e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - Para assegurar a plena execução deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da assinatura deste termo aditivo, **complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, I, “b”, e seu § 1º, da Lei 8.666/93, e na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos do Contrato nº 02/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 26 de agosto de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	ATHUS PESSOA DE SOUZA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 02/2021/TRE-RO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário)
Contrato n. 02/2021 (assinado em 13/05/2021) – Volume VIII do PA (evento n. 0690666) Vigência de 180 dias, a contar de 13/05/2021 até 09/11/2021. Valor: R\$ 307.251,52 Garantia: R\$ 15.362,57	R\$ 307.251,52	-
1º Termo Aditivo (assinado em ____/08/2021) – Volume XI do PA (evento n. 0731107) I – Supressão no percentual de 2,56%, ou seja, (-) R\$ 7.853,95, em face dos serviços descritos no evento 0725870 ; e II – Acréscimo de 41,44% (R\$ 127.330,08), em face dos serviços descritos no evento 0725870 .	(-) R\$ 7.853,95 - (Supressão) R\$ 127.330,08 (Acréscimo)	2,56% - Supressão; e 41,44% - Acréscimo.

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

**VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA
FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E**

R\$ 307.251,52



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/08/2021, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ATHUS PESSOA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 26/08/2021, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/08/2021, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/08/2021, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0731107** e o código CRC **CAB619E0**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 139/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COSEG para conhecimento,

Assunto: Trata-se da necessidade de aditivo de serviços referente ao Contrato nº 2/2021 ([0690666](http://www.tre-ro.jus.br/contratos/0690666)) - EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA para **EXECUÇÃO DE OBRA DE**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, conforme as condições estabelecidas no referido contrato, no Projeto Básico e em seus anexos.

Senhor Secretário,

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo:

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O valor total deste contrato é de **R\$ 307.251,52** (trezentos e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos) para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

...

Subcláusula Quarta - Quanto a reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula décima a qual trata acerca das obrigações da contratada, em epígrafe:

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a contratada ao que segue:

...

ix. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93:

a. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula décima sexta a qual dispõe sobre a alteração contratual, em epígrafe:

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a aquisições já efetuadas e serviços já realizados, observado que:

5. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

1. O percentual de desconto e do BDI **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência do contrato.
2. Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades
3. Na eventualidade de prorrogações - por fatos decorrentes da ação ou omissão da própria Administração contratante ou de terceiros, para os quais a contratada não tenha contribuído de qualquer forma - que conduzam a execução dos serviços para um período superior a 12 (doze) - em conformidade com os Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade da federativa do Estado de Rondônia, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, observadas as seguintes regras:
 - . O reajuste **não** incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração (reajuste).
 - . Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

. Nos casos em que o reajuste for percebido, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e valores a serem reajustados.

Subcláusula Sétima – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Considerando que o objeto deste contrato enquadra-se no campo da reforma de edifício, portanto, nos termos do §1º, do art. 65, da lei 8666/95, seus acréscimos fica limitado ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial contratado;

Considerando o pedido de readequação de aditivo de serviços ([0724100](#)), conforme solicitado pela Empresa Contratada através do ofício de 21 de julho de 2021 ([0724099](#)). Convém ressaltar que o quantitativo ora em análise corresponde a uma segunda versão, ademais tal fato consta mencionado na INFORMAÇÃO Nº 129/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0724101](#)) e observou-se o Relatório de Análise da Contratada ao apoio e assistência a fiscalização, evento [0725136](#);

Considerando a MANIFESTAÇÃO Nº 19/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0724291](#)) emitida pela equipe de fiscalização do supracitado contrato a qual apresentou a análise e os devidos esclarecimentos acerca do aditivo.

Assim, sintetizamos na tabela abaixo os reflexos das supressões e acréscimos ao contrato.

Valor Inicial Contrato	R\$ 307.251,52	%	Memória de Cálculo (Planilha de Adequação)
Supressões	R\$ 7.853,95	2,56	725870
Acréscimos	R\$ 127.330,08	41,44	

Tendo em vista o quadro acima o valor contratual passará para **R\$ 426.727,65 (quatrocentos e vinte e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos)**

Ademais, frente às supressões e aos acréscimos, informamos da necessidade de REFORÇAR a Nota de Empenho 2021NE000238 na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

importância de R\$ 119.476,13 (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos).

Diante do exposto, encaminhamos para Vossa Senhoria apreciar a análise desta unidade gestora quanto à solicitação de aditivo da contratada e os reflexos desta previsão contratual ao valor da contratação.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 17/08/2021, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0726569** e o código CRC **D1365944**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: **Alteração contratual – Acréscimo e supressão – Contrato nº 02/2021** – Contratada: **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**- Execução de Obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral.

PARECER JURÍDICO Nº 125 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO), materializada no Contrato Administrativo nº 02/2021 ([0690666](#)).

02. O ajuste administrativo encontra-se em plena vigência, com termo final anotado em 180 dias após a assinatura do contrato, conforme cláusula quarta do aludido termo contratual ([0690666](#)).

03. A comunicação da gestão da contratação sobre pedido de aditivo e supressão dos serviços veio aos autos na Manifestação nº 19/2021 ([0724291](#)) onde a gestão relata que a empresa contratada solicitou readequação de aditivo de serviços ([0724099](#)), apresentou planilha detalhada com a demonstração dos itens a serem aditivados, e ao final conclui nos seguintes termos:

(...)

3. Considerando a análise realizada no pedido de aditivo da Contratada de Execução de Reforço Estrutural conforme observações acima apontadas; esta fiscalização elaborou planilha revisada com as alterações em conformidade com a análise realizada, registrando que ocorreu uma reunião com a Contratada afim de efetuar alguns esclarecimentos, a mesma tomou conhecimento dos referidos ajustes, após esta reunião, a fiscalização efetuou os ajustes necessários conforme demonstrado na planilha de adequação de serviços, cujo valor final foi de **R\$ 426.727,65 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos)**, portanto o acréscimo de valor em relação ao constante, inicialmente, no contrato foi de **R\$ 119.476,13 (cento e dezenove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos)**.

4. Assim temos o seguinte:

Percentual suprimido = 2,56%

Percentual a aditar = 38,88 %

5. Considerando que as alterações ocorridas de serviços e de supressão não altera o prazo de execução estabelecido no contrato, pois tais mudanças se tratam de rotinas da obra e melhor qualidade e segurança dos serviços conforme exigências técnicas previstas no projeto básicos e em suas especificações.

Em função do exposto encaminhe-se para autorização do aditivo de serviço no valor acima demonstrado.

Esta é a manifestação, SMJ.

Porto Velho, 13 de agosto de 2021

Antônio Roberto dos Santos Ferreira

Engenheiro

04. A necessidade de supressão e de acréscimo quantitativo no valor do contrato foi reforçada pela unidade gestora da contratação por meio da Informação nº 139/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0726569](#)), na qual o gestor da referida avença relata todas as circunstâncias que culminaram no pedido de acréscimo no percentual de 41,44% e de supressão em 2,56%. Para tanto solicita o gestor reforço na Nota de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Empenho 2021NE000238, no valor de 119.476,13, para atender a demanda com o acréscimo para a execução da obra contratada por este Tribunal.

05. Recepcionado os autos na SAOFC, em atenção ao teor da notícia do gestor na Informação 139 ([0726569](#)), o titular da unidade encaminha os autos a COFC para proceder o reforço da Nota de Empenho 2021NE000238 no valor necessário de **R\$ 119.476,13** (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos) e demais providências que se fizerem necessárias, e, **concomitantemente**, à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo, e ao final a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico quanto a minuta elaborada.

06. Em atendimento ao Despacho nº 1406/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0729138](#)), a COFC juntou aos autos nota de dotação orçamentária ([0729365](#)) no valor de R\$ 119.476,13 (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos), certidão de regularidade fiscal da empresa extraído do sistema SICAF ([0729366](#)), documento com lançamento do reforço ([0729374](#)) e Nota de Empenho nº 2021NE000238 com reforço ([0729541](#)), no valor de R\$ 426.727,65 (quatrocentos e vinte e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos).

07. Em seguida, a Seção de Contratos - SECONT elaborou a Minuta de Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 02/2021 ([0730150](#)) para registro da supressão e do acréscimo pretendidos.

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria ([0730158](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Regulamento Interno do Corpo Administrativo deste Órgão (Resolução nº 06/, de 07/04/2015), incumbe a esta Assessoria Jurídica da Diretoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. A modificação do valor contratual, seja em decorrência de alteração quantitativa do objeto do contrato ou de supressão, é hipótese permitida nos termos do **artigo 65, inciso I, alínea “b” da Lei n. 8.666/93**.

11. Ademais, o **§ 1º, art. 65, da Lei 8.666/93** estabelece uma obrigação geral aos contratados, impondo a aceitação de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas obras, serviços ou compras, nas mesmas condições contratuais, **e para o caso ora em análise, tratando-se de reforma de edifício, até o limite de 50% para os acréscimos**. Veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I – [...]

II – [...]

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

12. Tendo como lastro a informação prestada pela unidade interessada e solicitante do acréscimo contratual (0724291 e 0726569), constata-se que há nos autos a demonstração da necessidade de ajustes nos serviços contratados, conforme sintetizado na tabela presente na manifestação da unidade gestora, com os reflexos da supressão e acréscimo no contrato, vejamos:

Valor Inicial Contrato	R\$ 307.251,52	%	Memória de Cálculo (Planilha de Adequação)
Supressões	R\$ 7.853,95	2,56	725870
Acréscimos	R\$ 127.330,08	41,44	

13. O valor dos acréscimos corresponde a **R\$ 127.330,08** (cento e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e oito centavos), porém em razão da supressão no valor de **R\$ 7.853,95**, o valor do referido aditivo foi dimensionado em R\$ **119.476,13** (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos), correspondendo a **41,44%** (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento) do valor inicial do contrato, percentual esse que não ultrapassa o limite de 50% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93.

14. Assim sendo, não se observa óbice legal para efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 01 ao Contrato 02/2021 ([0730150](#)). Frisa-se que instituto jurídico ora



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

analisado é regulado na **Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda**, do instrumento contratual ora em análise.

15. Ainda, o Contrato nº 02/2021 ([0690666](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

1.Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

2.Seguro-garantia;

3.Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Primeira – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

Subcláusula Segunda – Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

16. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)” (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (Grifou-se)

17. Nessa linha, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar complementação da garantia contratual, correspondente ao percentual 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

imposta pelas cláusulas do ajuste acima citadas, e reproduzida na cláusula terceira da minuta do aditivo contratual em análise.

18. Noutro giro, verifica-se que a Minuta SECONT [0730150](#), em análise formal dos seus termos, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

19. Diante ao exposto, **justificado a supressão e o acréscimo pretendidos** ([0724291](#) e [0726569](#)) - ademais balizado pelos **limites legais** e com demonstração do suporte orçamentário para o custeio da despesa ([0729541](#)) - entende esta Assessoria Jurídica que a Administração poderá autorizá-lo com fulcro no art. 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, todos do Contrato nº 02/2021.

20. Ainda, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do Termo Aditivo juntado aos autos ([0730150](#)).

21. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO n. 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/08/2021, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0730216** e o código CRC **9FA71F04**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: 1º Termo aditivo – **Acréscimo e supressão – Contrato nº 02/2021** – Contratada: **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**- Execução de Obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral.

DESPACHO Nº 1116 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrito no CNPJ sob o n. 03.587.444/0001-63, para execução de obra de escoramento reforço estrutural na face norte do edifício sede deste Tribunal, dimensionada para 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura do contrato, conforme Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 2/2021 ([0690666](#)), atualmente em plena vigência.

A Seção de Manutenção e Administração Predial (SEMAP), pela Manifestação 19 (evento [0724291](#)), noticiou pedido da Contratada sobre aditivo e supressão dos serviços e readequação orçamentária ([0724099](#)), conforme Planilha juntada no evento [0724100](#). Ao final solicitou concluiu:

(...)

3. Considerando a análise realizada no pedido de aditivo da Contratada de Execução de Reforço Estrutural conforme observações acima apontadas; esta fiscalização elaborou planilha revisada com as alterações em conformidade com a análise realizada, registrando que ocorreu uma reunião com a Contratada afim de efetuar alguns esclarecimentos, a mesma tomou conhecimento dos referidos ajustes, após esta reunião, a fiscalização efetuou os ajustes necessários conforme demonstrado na planilha de adequação de serviços, cujo valor final foi de **R\$ 426.727,65 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos)**, portanto o acréscimo de valor em relação ao constante, inicialmente, no contrato foi de **R\$ 119.476,13 (cento e dezenove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos)**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Assim temos o seguinte:

Percentual suprimido = 2,56%

Percentual a aditar = 38,88 %

5. Considerando que as alterações ocorridas de serviços e de supressão não altera o prazo de execução estabelecido no contrato, pois tais mudanças se tratam de rotinas da obra e melhor qualidade e segurança dos serviços conforme exigências técnicas previstas no projeto básicos e em suas especificações.

Em função do exposto encaminhe-se para autorização do aditivo de serviço no valor acima demonstrado.

Esta é a manifestação, SMJ.

Porto Velho, 13 de agosto de 2021

Antônio Roberto dos Santos Ferreira

Engenheiro

Em seguida, o gestor da referida avença, reforçou a necessidade de supressão e de acréscimo quantitativo no valor do contrato, por meio da Informação nº 139/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0726569](#)), relatando todas as circunstâncias que culminaram no pedido de acréscimo no percentual de 41,44% e de supressão em 2,56%. Para tanto solicitou reforço na Nota de Empenho 2021NE000238, no valor de R\$ 119.476,13 (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos), para atender a demanda.

Em cumprimento ao Despacho da SAFC ([0729138](#)) a COFC juntou nota de dotação orçamentária ([0729365](#)), certidão de regularidade fiscal da empresa extraída do sistema SICAF ([0729366](#)), documento de lançamento do reforço ([0729374](#)) e Nota de Empenho nº 2021NE000238 ([0729541](#)) no valor de R\$ 426.727,65 (quatrocentos e vinte e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos). Por sua vez, a SECONT juntou a Minuta de Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 02/2021, para registro da supressão e do acréscimo pretendidos ([0730150](#)), e remeteu os autos à AJDG para análise ([0730158](#)).

A AJDG emitiu o Parecer Jurídico 125 ([0730216](#)) opinando, em síntese, pela possibilidade da efetivação da modificação unilateral instrumentalizada na minuta de Termo Aditivo nº 01 ([0730150](#)), uma vez que o percentual a ser acrescido não ultrapassa o limite de 50% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93. Além disso, aprovou os termos da Minuta do 1º Termo Aditivo ([0730150](#)) e ressaltou a necessidade de complementação da garantia por parte da contratada.

De posse dos autos, em sua Manifestação nº 324/2021 ([0730285](#)), o Secretário da SAOFC manifestou-se favorável às alterações contratuais e submeteu à deliberação superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, vieram os autos para apreciação.

Inicialmente, verifica-se que há previsão na Cláusula Décima, item ix, c/c Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda acerca da possibilidade de modificação unilateral para acréscimos e supressões do objeto nos limites estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

Ademais, é necessária a obediência ao **limite máximo no percentual de 50%** (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

Omissis

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”

A **proposta de acréscimo** que ora se pleiteia, de **R\$ 127.330,08** (cento e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e oito centavos), considerando a supressão no valor de **R\$ 7.853,95**, será no montante final de **R\$ 119.476,13** (cento e dezenove mil quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos), equivalente a **41,44%** (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento). Portanto, **dentro do saldo disponível** e não ultrapassando o limite de 50% imposto pelo § 1º do art. 65 da lei 8.666/93, conforme acima citado.

Observa-se que o acréscimo e a supressão pleiteados não alteram o prazo de execução estabelecido no contrato, vez que tais mudanças são rotinas de obras e para melhorar a qualidade e segurança dos serviços, conforme exigências técnicas previstas no projeto básicos e em suas especificações, nos termos registrados no item 5 da manifestação n. 19/2021 da unidade gestora do contrato ([0724291](#)).

Diante do exposto, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

1. AUTORIZO a Supressão contratual no percentual de **2,56%** (dois vírgula cinquenta e seis por cento) do valor do Contrato n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02/2021 (evento [0690666](#)), correspondente ao valor de **R\$ 7.853,95** (sete mil oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), com fundamento na [alínea "b" do inc. I do art. 65 e seu §1º ambos da Lei nº. 8.666/93](#), e ainda no item ix da Cláusula Décima combinada com a Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Sexta, todas do Contrato Originário;

2. AUTORIZO o acréscimo contratual no percentual de **41,44%** (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento) sobre o valor do Contrato Administrativo nº. 02/2021 ([0690666](#)), correspondente ao valor de **R\$ 127.330,08** (cento e vinte e sete mil trezentos e trinta reais e oito centavos), com fundamento na [alínea "b" do inc. I do art. 65 e seu §1º ambos da Lei nº. 8.666/93](#), e ainda no item ix da Cláusula Décima combinada com a Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Sexta, todas do Contrato Originário;

3. AUTORIZO a atualização do valor do Contrato Administrativo nº. 02/2021 ([0690666](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 307.251,52** (trezentos e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos); e

4. DETERMINO a notificação da Contratada para complementação da garantia contratual, em uma das modalidades previstas no [§ 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/9](#), no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do aditivo contratual, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do aditivo, com fundamento no [§ 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Sexta do Contrato Originário](#);

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 26/08/2021, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0730790** e o código CRC **0D3739DC**.